

1995—2013

caderno de educação
ilê ayê
projeto de extensão pedagógica

PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA DO ILÊ AIYÊ

Arany Santana

ensaio

1 Termo regional, que significa reforço escolar.

2 O *deburù*, também conhecido como flor do velho ou pipoca do velho, é uma expressão utilizada pelos Povos de Terreiro.

A década de 1980 foi crucial para a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao incluir oficialmente a obrigatoriedade do ensino de História da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, mas pouca gente sabe que a implementação dessa política pública nacional, que só se deu em 2003, teve a Bahia como pioneira.

Impulsionada pela pressão dos movimentos populares, fruto de incansável exigência do Movimento Negro Unificado, criado em 1978, somado aos terreiros de candomblé, ao primeiro bloco afro do Brasil, Ilê Aiyê, às Universidades Federal e Estadual da Bahia, o Estado se viu tensionado, desde 1985, a inserir a temática na pauta das políticas públicas educacionais.

A audácia do Ilê Aiyê, que já em seu primeiro desfile, em 1975, em plena ditadura militar, desvelou o racismo no Brasil, exaltou a beleza e a força de heróis e heroínas da resistência negra — bem como a magnitude de reinos africanos, conteúdo nunca apresentado em sala de aula, traduzido sob o prisma de canções de forte impacto — gerou um movimento inédito de busca por parte de estudantes e professores das escolas do bairro da Liberdade por informações sobre as temáticas abordadas pelo bloco. Diante desse fato inesperado, a diretoria do Ilê se viu compelida a pensar ações que sistematizassem esse conhecimento. Era uma resposta à visão estereotipada dos

livros didáticos e da abordagem eurocentrada da História. Que História é essa que ecoava das canções do Ilê e firmava desde um novo padrão de beleza à valorização e salvaguarda das religiões de matriz africana?

A mentalidade visionária de Mãe Hilda Jitolu foi a mola propulsora do projeto educacional do bloco. A princípio, o pedido da matriarca era acolher crianças que passavam grande parte do tempo na rua, oferecendo-lhes banca¹, já que sua filha Hildelice tinha formação em Magistério. A partir de então, constatou-se que esses alunos, para além do déficit em leitura e escrita, eram, em sua grande maioria, expulsos da rede escolar por sua multirrepetência, sendo, portanto, inquietos, indisciplinados, ou seja, fora do padrão esperado pelo sistema educacional. Por outro lado, o encantamento dessas crianças pelas músicas entoadas pelo Ilê Aiyê facilitava o processo de alfabetização.

Em 1985, diante da crescente pressão, o Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia aprovou a lei, logo sancionada, que inseria a “Introdução ao Estudo da História e das Culturas Africanas” nos currículos das escolas públicas e privadas.

No ano seguinte, 1986, uma comissão coordenada pela professora da UFBA, Eugênia Lúcia Viana Neri, composta por técnicos e professores dessa mesma universidade, além da Uneb e da Secretaria de Educação, implementou o primeiro curso de especialização em História da África, voltado para 30 professores de História da rede pública e dez membros de organizações negras de Salvador, desde que portadores de diploma de nível superior.

Pouco tempo depois, o barracão do Ilê Axé Jitolu já estava repleto de crianças sentadas em carteiras doadas pelo



então Secretário de Educação do Estado, Professor Dr. Edivaldo Machado Boaventura, que tornou realidade o sonho de Mãe Hilda em ver seu espaço sagrado transformado em escola, fato concretizado em 1988, quando nasce a Escola Mãe Hilda. Foi pelas mãos desse mesmo gestor que, em 1987, a disciplina de História da África foi implementada em dez escolas públicas de Salvador, mais precisamente em bairros periféricos de concentração da população negra. Tal política, infelizmente, durou apenas um ano. Com a mudança do governo e de todo o secretariado, a disciplina foi banida dos currículos, dependendo tão somente da boa vontade de alguns professores, que, sem nenhum apoio, sustentaram a temática por mais dois anos.

Na contramão do movimento governamental, o barracão do Ilê Axé Jitolu se tornou pequeno para o número de estudantes que crescia a cada ano, obrigando a escola a ocupar outros espaços do terreiro. As músicas eram o instrumento pedagógico que transformou a escola num espaço de alegria, ludicidade e identidade.

Assim como manda a tradição do candomblé, Mãe Hilda fazia questão de usar recursos próprios para preparar uma farta mesa com a merenda das crianças, sendo essa geralmente vinculada aos orixás. Dessa forma, por exemplo, às segundas-feiras, oferecia-se pipoca, fazendo a alegria geral da criança. Mãe Hilda aproveitava esses momentos para mostrar, com orgulho, que a “flor²” do velho Obaluayê era a comida do dono de sua cabeça e patrono do terreiro. Importante reforçar que foram incontáveis os momentos em que que flagrávamos Mãe Hilda Jitolu observando e admirando as aulas pelas frestas da porta entreaberta, sem que na maioria das vezes fosse notada pelos alunos.

O BARRACÃO DO ILÊ AXÉ JITOLU SE TORNOU PEQUENO PARA O NÚMERO DE ESTUDANTES QUE CRESCIA A CADA ANO, OBRIGANDO A ESCOLA A OCUPAR OUTROS ESPAÇOS DO TERREIRO

A grande revolução da Escola Mãe Hilda se deu pela transformação de um espaço votivo em escola, oferecendo acolhimento a estudantes renegados pelo sistema escolar, agora felizes e aprendendo, para além do currículo formal, o respeito por uma religião secularmente discriminada e, sobretudo, a valorização da história de sua ancestralidade negra, desprezada até hoje por grande parte das escolas do país.

O sucesso metodológico da escola resultou na mudança comportamental dos alunos, que, devido ao espaço sagrado que frequentavam, aprendiam sobre o respeito mútuo, o respeito às diferenças, mas, sobretudo, o respeito aos mais velhos. Se tornou rotina os alunos pedirem a benção ao adentrar o ambiente escolar, fundamento vital das religiões

de matriz africana, de modo que não tardou para que essas crianças, então alfabetizadas, passassem a ser disputadas por escolas da região.

Foi a partir dessa exitosa experiência que, mais uma vez, a professora Eugênia Lúcia, em 1995, na maioria do bloco, chamou o presidente Vovô à responsabilidade de produzir material didático a partir da ótica dos carnavais do Ilê, assegurando a permanência da temática africana e afro-brasileira nos currículos das escolas da Liberdade e adjacências, promovendo conhecimento para os alunos e a capacitação de professores das redes municipal e estadual daquela região.

Nascia assim o Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, materializado em seus *Cadernos de Educação*, contando com um time de peso de professores, dentre eles, Jaime Sodré, Makota Valdina Pinto, Jorge Conceição, Ana Célia da Silva, Maria de Lourdes Siqueira, Lindinalva Barbosa, sob a coordenação de Arany Santana e Jônatas Conceição. A qualidade do projeto atraiu importantes parceiros como a Fundação Odebrecht e as Secretarias Municipal e Estadual de Educação da Bahia, além de render o prêmio de terceiro melhor projeto pedagógico do Brasil pelo Itaú – UNICEF.

Somado à escola Mãe Hilda, o Projeto envolveu professores, dirigentes, coordenadores e supervisores das seis maiores escolas da Liberdade e entorno. Contemplou mais de três mil alunos, capacitou sessenta professores, que, por meio do conhecimento, puderam rever seus conceitos, suas convicções e crescer enquanto seres humanos.

Diante do sucesso, o curso foi estendido para dirigentes e assessores de blocos afros e afoxés, povos de santo, membros de associações culturais e grupos de capoeira que agora adentravam o espaço do Centro de Estudos Afro-O-

rientais, o CEAO, da Universidade Federal da Bahia, para receber essa capacitação.

O icônico tema do primeiro Caderno de Educação, fruto do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, não poderia ser outro senão “Organizações de Resistência Negra”. O material apresentava as mais importantes organizações negras brasileiras, desde o século XVI até a fundação do Ilê Aiyê, e já contava com o design gráfico do magistral artista plástico J. Cunha, que chegara no bloco muito antes, criando em 1978 sua identidade visual, o emblemático Perfil Azeviche. A partir de 1980, Cunha passou a desenvolver o design dos tecidos do bloco, finalizando a conjugação perfeita entre a transformação política, estética e, mais tarde, educacional do Ilê Aiyê, indo muito além do âmbito local de Salvador e tornando-se um marco nacional, quiçá internacional.

Era, enfim, o grito da raça ecoando, reescrevendo a história de nossos antepassados, elevando a autoestima de nossas crianças, num movimento revolucionário que mudou a mentalidade e a paisagem urbana de Salvador.

Arany Santana é ouvidora geral do Estado da Bahia. Natural de Amargosa, no interior baiano, ela é formada em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em História da África e possui um histórico atrelado à cultura e à militância étnica com uma longa trajetória de resistência. Arany participou da história da fundação do Ilê Aiyê, o movimento negro mais antigo do Brasil, onde permaneceu diretora durante muitos anos. Em 1978, fundou o Movimento Negro Contra a Discriminação Racial, hoje Movimento Negro Unificado (MNU), e teve o prazer de lavar sua ata de fundação junto a nomes proeminentes como Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez.